

Informativo APUFPR-SSIND

Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná - Seção Sindical do ANDES-SN
R. Dr. Alcides Vieira Arcoverde, 1305 - Jardim das Américas - Curitiba-PR - CEP 81520-260

Edição Nº 58 | Fevereiro de 2011

Impresso
Especial

9912208195/2008 DR/PR
APUFPR-SSIND

...CORREIOS...



APUFPR-SSIND



30º Congresso do Andes-SN

aprova projeto de Carreira de Professor Federal

Pág. 4 e 5

UNIVERSIDADE

Medida Provisória amplia
contratação de
professores substitutos

Pág. 3

CARREIRA

Governo apresenta
nova versão da minuta
de reestruturação da
carreira

Pág. 6

UNIVERSIDADE

MP cria Empresa
Brasileira de Serviços
Hospitalares e
aprofunda tercerização
nos HUs

Pág. 7

 **Editorial**

No próximo dia 8 de março comemora-se o Dia Internacional da Mulher. A data foi criada em 1910, durante a II Conferência das Mulheres Socialistas, e visa lembrar o histórico de luta por melhores condições de trabalho e pela emancipação política e social das mulheres.

Ao longo dos mais de 100 anos de existência da data, as mulheres conquistaram o direito ao voto, à licença maternidade e o direito a receberem salário igual ao dos homens ao realizarem funções idênticas. Entretanto, essas garantias restringem-se, ainda, ao campo jurídico. Segundo da-

dos de 2009 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) enquanto os homens recebem, em média, R\$ 1.518,31 por mês, as mulheres ganham R\$ 1.097,93, o que representa uma diferença de 38,3%.

O preconceito não se manifesta apenas no terreno salarial. Uma pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo revela que 7,2 milhões de mulheres com mais de 15 anos já sofreram agressões. O dado representa um contingente assustador: a cada dois minutos, cinco mulheres são agredidas no Brasil.

A opressão e violência contra

a mulher se expressam também na universidade, como demonstram os frequentes trotes com teor machista em recepção dos calouros e o caso recente envolvendo estudantes da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e a competição denominada “Rodeio de Gordas”, em que alunos disputavam quem conseguia segurar uma estudante acima do peso por mais tempo.

Neste mês de março, a diretoria da APUFPR-SSind quer lembrar a cada um de seus associados do papel determinante que os docentes podem desempenhar, enquanto categoria coesa e uni-

da, na transformação das relações sociais opressoras a que estamos submetidos, em busca de uma sociedade mais justa e livre da exploração de classe, que atinge de forma mais cruel as jovens mulheres trabalhadoras.

A APUFPR-SSind lutará para que os docentes da UFPR se engajem, neste 8 de março, contra o machismo e a exploração; pelo fim da violência contra mulher; na defesa de remuneração salarial igual para trabalho igual e pela criação de uma política de saúde que compreenda a maternidade e o direito à autodeterminação feminina.

Assessoria jurídica divulga lista de docentes com questões a tratar sobre a ação dos 3,17%

A APUFPR-SSind solicita que, com urgência, os professores abaixo relacionados entrem em contato com o Departamento Jurídico, a fim de resolver questões sobre o recebimento de valores referentes à ação dos 3,17%.

Pede-se a quem tiver informações a respeito de tais docentes que, da mesma forma, entrem em contato urgente com a APUFPR por meio do telefone 3078-2424 ou do e-mail: juridico@apufpr.org.br

ALVARO RANGEL DE ALMEIDA CYRINO
ANA MARIA SOARES DE ARRUDA
ANTONIO ALBINO RAMOS
BERNARDETE DE LOURDES ALEXANDRE MOURAO
BRAZ DE FREITAS FERNANDES
CELSO DE FREITAS GARCIA
DIVONIR RIBAS TEIXEIRA TORRES

IRENE MIKOSZEWSKA
JOÃO JAIRNEY MANIGLIA
MARIO MESSAGI JUNIOR
MONICA NUNES LIMA CAT
MOUSINHO TONIOLO COELHO
OLINDA FRANCOISE PELLE
PAULO SERGIO DOS SANTOS
REGINA SOMMER DE KALTER

EXPEDIENTE

Informativo **APUFPR-SSind**

Publicação quinzenal da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná | Seção Sindical do Andes - Sindicato Nacional

Diretoria - Gestão 2009/2011

Presidente: Astrid Baecker Avila

Secretário-geral: Luis Allan Künzle

1º Secretária: Carmen Lúcia Fornari Diez

Tesoureiro: João Francisco Ricardo Kastner Negrão

1º Tesoureiro: Fabiano Abranches Silva Dalto

Diretor Administrativo: Guilherme Souza Cavalcanti de Albuquerque

Diretor Cultural: Rodrigo Rossi Horochovski

Diretor de Esporte: Walfrido Kühn Svoboda

Diretor de Imprensa: Marcelo Sandin Dourado

Fale Conosco

Endereço: Rua Alcides Vieira Arcoverde, 1305, Jardim das Américas

CEP 81520-260 - Curitiba, PR - **Tel.:** (41) 3078-2424

www.apufpr.org.br

Produção

Studio Art - Comunicação Integrada | (41) 3026.0630

Equipe de Redação: Larissa Amorim, Thaíse Mendonça, Dalane Santos

imprensa@apufpr.org.br

Revisão: Fabiane Ariello DRT/PR 6485

Projeto Gráfico: - Guilherme Mikami

Diagramação: - Larissa Amorim e Linecker Oliveira

Tiragem - 3.700 exemplares

Distribuição gratuita e dirigida

Os textos desta publicação estão de acordo com as novas regras

Medida Provisória amplia contratação de professores substitutos

O governo federal editou, no último dia 14 de fevereiro, a Medida Provisória 525, que aumenta o número de situações em que as universidades e institutos federais poderão contratar professores temporários sem realização de concurso público. Segundo anúncio do Ministério da Educação, serão contratados emergencialmente cerca de 3,5 mil professores substitutos em 2011.

Na avaliação do tesoureiro geral da APUFPR-SSind, João Negrão, a Medida se insere em um cenário geral de flexibilização das condições de trabalho dos professores. A MP 525 foi editada cinco dias após o governo anunciar um corte recorde de R\$ 50 bilhões no orçamento federal de 2011, o equivalente a 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB). Entre as medidas previstas para efetivar o corte de gastos estão a suspensão da abertura de novos concursos públicos federais e de nomeações de candidatos já aprovados em seleções ocorridas.

“Os docentes que ingressaram recentemente nas instituições federais são pressionados a assu-

mir uma grande carga horária na graduação, sobrando pouco tempo para a pesquisa e a extensão. A MP deve aumentar essa precarização do trabalho docente ao consentir que os substitutos sejam utilizados como força de trabalho mais barata para cobrir a grande demanda gerada pela criação de novos cursos de graduação”.

A MP 525 altera a Lei 8.745/93 que regulamenta a contratação de professores substitutos nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Segundo a legislação, os docentes das IFES devem ser selecionados por concurso público e contratados via Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União. Entretanto, a Lei 8.745 estabelece exceções a essa regra, assegurando que, nos casos de “necessidade temporária de excepcional interesse público”, o governo poderá contratar professores temporários.

Os substitutos são selecionados sem a realização de concurso público e contratados via Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), mantendo-se como trabalhadores

temporários, sem estabilidade no emprego, vínculo efetivo com a instituição em que lecionam, direito a férias ou acesso ao plano de carreira da categoria.

“Essa forma de contratação afeta também a qualidade da universidade e a formação dos alunos. Os

substitutos raramente podem se envolver com a pesquisa e a extensão devido a carga horária conflitante que possuem na graduação e fora da universidade. Os baixos salários e a falta de estabilidade transformam o trabalho do docente em ‘bico’ temporário”, critica Negrão.

Medida Provisória

A MP 525 cria a possibilidade de contratação temporária para preencher as vagas abertas com o processo de expansão das IFES, em especial, devido à implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e de projetos de educação técnica e tecnológica.

O tesoureiro geral da APUFPR-SSind relembra que, antes da MP, essa forma de contratação só era utilizada para preencher as vagas abertas em caso de exoneração ou demissão, falecimento, aposentadoria, afastamento para capacitação e afastamento ou licença de concessão obrigatória. O texto ainda eleva de 10% para 20% o limite máximo para a contratação de professores substitutos.

“Na prática, a nova MP utiliza a brecha jurídica do professor substituto para flexibilizar ainda

mais o trabalho docente, transformando a contratação pela CLT em regra e não mais exceção, como previa a Lei”, aponta.

A posição da APUFPR-SSind e do Sindicato Nacional da categoria – aprovada no 30º Congresso do Andes-SN – é de repúdio a MP 525 e defesa intransigente da valorização da carreira docente, considerada um elemento central para a construção de uma universidade pública, de qualidade e socialmente referenciada.

“A valorização da carreira passa por garantir o ingresso via concurso público, manter o Regime Jurídico Único e incentivar o tempo de serviço e a formação continuada dos docentes. Esses elementos são historicamente defendidos pelo movimento docente e estão em contradição com a precarização colocada pelo governo”, defende Negrão.

“ A MP deve aumentar essa precarização do trabalho docente ao consentir que os substitutos sejam utilizados como força de trabalho mais barata para cobrir a grande demanda gerada pela criação de novos cursos de graduação.” João Negrão

30° Congresso do Andes-SN aprova projeto de Carreira de Professores

Entre os dias 14 e 20 de fevereiro, cerca de 400 professores universitários de todo o país estiveram reunidos para o 30° Congresso Nacional do Andes-SN. O encontro, realizado na Universidade Federal de Uberlândia (MG), teve como tema a “Universidade Pública, Trabalho Acadêmico e Crítica Social” em referência aos 30 anos de fundação do Sindicato Nacional da categoria.

Durante os seis dias de congresso, foram debatidas questões relacionadas com o movimento docente e a conjuntura; centralidade da luta; políticas sociais; questões organizativas e financeiras e os planos de luta geral e setoriais. O congresso anual é a principal instância de deliberação do Andes-SN e tem como objetivos definir os posicionamentos políticos que nortearão a atuação da categoria ao longo do ano e atualizar o plano de lutas e as ações do Sindicato.

A segunda plenária do evento, realizada no dia 16, aprovou as linhas políticas prioritárias que deverão orientar as atividades e ações do movimento docente ao longo de 2011. Os três eixos aprovados como centrais para o próximo período foram a defesa do Andes-SN como instrumento dos docentes na construção da universidade pública e das condições de trabalho; intensificação do trabalho na base da categoria e o fortalecimento da unidade com o movimento classista e autônomo.

Na avaliação da presidente da APUFPR-SSind, Astrid Avila, a

aprovação dos eixos reflete as necessidades de organização do movimento docente diante da atual conjuntura de retirada de direitos sociais. A perspectiva é que a nova presidente da república, Dilma Roussef, aprofunde a política econômica iniciada no mandato anterior. No início do mês, o governo anunciou um corte de R\$ 50 bilhões no orçamento de 2011 e suspendeu a realização de novos concursos públicos.

“As principais tarefas para o ano de 2011 são fortalecer nossa capacidade de intervenção na sociedade e nossa pressão junto ao governo. Esse fortalecimento passa por duas frentes. A primeira é fazer com que os professores, desde suas unidades de ensino, estejam informados e mobilizados com relação às questões que afetam o nosso trabalho. A segunda frente é retomar a nossa relação com outras categorias, compreendendo que, quando atuamos de forma unitária, nosso movimento se torna mais expressivo e forte”, considera Avila.

Plano de Lutas

No último dia do Congresso (20), os delegados das 61 seções sindicais presentes deliberaram sobre a construção do Plano de Lutas do Sindicato Nacional para o ano de 2011. Os pontos aprovados no debate buscaram estabelecer os meios e instrumentos que serão utilizados para efetivar os eixos tirados como centrais para a luta neste ano.

Entre os principais pontos



do Plano está a criação de uma política de comunicação para o Andes-SN. O projeto aprovado no Congresso visa contribuir para aproximar o Sindicato Nacional do conjunto da categoria e dar visibilidade às demandas e lutas do movimento docente.

Os delegados também aprovaram a filiação do Sindicato à Central Sindical e Popular-Conlutas (CSP-Conlutas). O Andes-SN já era filiado a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) desde 2007, mas – com a criação da Central em junho de 2010 – a Conlutas optou por dissolver-se na nova entidade, com a perspectiva de construir um instrumento mais avançado de luta da classe trabalhadora, que unificasse organicamente diversos setores do movimento sindical e popular.

A participação do Andes-SN na construção da CSP-Conlutas será refletida em um balanço crítico, que deverá ocorrer no próximo

Congresso. Ao mesmo tempo em que aponta para a necessidade de que o Sindicato também constitua um Fórum que reúna todos os setores dos movimentos sindical, popular e de luta contra as opressões, independente de sua filiação a alguma central sindical. O fórum deve construir um calendário unificado de luta e mobilizações para 2011.

Outro ponto central do Plano de Lutas do movimento docente refere-se à construção de Projeto de Lei de Reestruturação da Carreira. A versão aprovada no evento – apresentada como um Texto de Resolução da diretoria do Andes-SN – sintetizou o processo de debate e formulação realizado pelo conjunto dos professores no segundo semestre de 2010.

O novo projeto tem como base os princípios do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE), conquistado

or Federal

pelos docentes em 1987, e as atualizações necessárias realizadas ao longo de 2010. A proposta aprovada foi produzida pela categoria por meio de reuniões sistemáticas do Grupo de Trabalho de Carreira com o Setor das Universidades Federais do Andes-SN e de debates realizados nas assembleias gerais de cada seção sindical.

Projeto de Carreira

O conteúdo do projeto propõe a consolidação de um Plano de Carreira e Cargo de Professor Federal visando reestruturar e unificar todas as carreiras e cargos do magistério da União. Os docentes irão protocolar o projeto no Ministério da Educação (MEC) e no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), no início do mês de março. A ação visa pressionar o governo federal enviar o projeto produzido pelo movimento docente ao Congresso Nacional.

“Serão realizadas ações para debater com o conjunto dos docentes as diferenças de concepção entre o nosso projeto e o do governo visando fortalecer a nossa organização e capacidade de luta. Também construímos uma agenda de atividades voltadas a pressionar o governo e as lideranças partidárias para que a nossa proposta possa, de fato, disputar os rumos da carreira docente e da educação superior pública”, explica o tesoureiro geral da APUFPR-SSind João Negrão.

APUFPR-SSind

A APUFPR-SSind, segunda

maior seção sindical do Andes-SN em número de filiados, participou do 30º Congresso com 11 delegados eleitos em assembleia, um indicado pela diretoria da Associação e dois observadores.

Além da participação nos debates e plenárias que compunham o evento, a entidade também contribuiu por meio da produção e envio de cinco propostas de deliberação – chamadas pelo movimento docente de Textos de Resolução (TRs) – ao Congresso. Os textos abordavam questões relacionadas com a política do Sindicato Nacional para os aposentados, política para a inovação tecnológica e o funcionamento dos encontros temáticos promovidos pelo Andes-SN.

“Mais uma vez conseguimos efetivar uma participação baseada na qualidade das intervenções e no compromisso com os encaminhamentos aprovados, garantindo que a democracia que caracteriza o movimento docente fosse concretizada. O próximo passo é debater em assembleia as deliberações do Congresso e os meios que utilizaremos enquanto seção sindical para contribuir com a luta”, analisa o secretário-geral da APUFPR-SSind, Luis Allan Künzle.

30 anos do Andes-SN

O Congresso de Uberlândia marcou também o início das comemorações do aniversário de 30 anos de fundação do Andes-SN. Durante a plenária de abertura do evento, representantes de diversas entidades saudaram a importante contribuição do Sindicato ao longo



de sua existência. Também foram lançados materiais comemorativos em tributo a data: um livro, um vídeo e a edição 47 da revista *Universidade e Sociedade*.

No dia 17, os docentes realizaram um ato público no plenário da Câmara Municipal de Uberlândia, onde mais uma vez saudaram a história da entidade. “Esse congresso teve uma importância histórica fundamental”, analisa a professora Milena Martinez. Para a docente – que compôs duas diretorias do Andes-SN e participou do evento como representante da APUFPR-SSind –, tratou-se de um momento no qual a categoria pode analisar a importância do Sindicato Nacional na defesa da universidade pública e sua contribuição para a organização da classe trabalhadora ao longo dos 30 anos de existência.

“A avaliação que ficou é a de que o Andes-SN deve permanecer como um sindicato classista e autônomo e deve intensificar seu poder de criticar e de se contrapor as políticas colocadas para a universidade e para o conjunto da classe trabalhadora, como tem feito nesses 30 anos. Foram três décadas de luta em defesa dos docentes e da universidade pública, pela unidade da classe trabalhadora e de atuação incansável em prol das grandes questões nacionais”, aponta Martinez.

Diretrizes

Confira as quatro diretrizes do Plano de Carreira e Cargo de Professor Federal aprovado em Uberlândia:

- 1 - Carreira única para todos os professores das instituições federais de ensino superior, independente do nível de ensino a que estejam vinculados.
- 2 - Restabelecimento da isonomia por meio de remuneração única, que agrega o diferencial de titulação e de regime de trabalho em uma linha só no contracheque, eliminando todas as gratificações.
- 3 - O projeto restabelece a paridade dos docentes da ativa com os aposentados e pensionistas, ao garantir que cada docente dessa parcela da categoria seja enquadrado no mesmo patamar em que estava quando se deu a aposentadoria.
- 4 - Fixa uma estrutura de carreira dividida em 13 níveis, com degraus de 5% na referência salarial, a serem cumpridos a cada dois anos. A mudança permite que o professor atinja o topo da carreira em 25 anos. O modelo respeita o direito da professora mulher da educação básica de se aposentar após 25 anos de trabalho, como prevê a legislação, sem prejuízo de seu desenvolvimento na carreira.

Governo apresenta nova versão da minuta de reestruturação da carreira

No dia 2 de dezembro, a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) apresentou uma nova versão da minuta de projeto de lei sobre a estruturação da carreira docente de nível superior federal. A primeira versão da proposta, apresentada em agosto de 2010, foi debatida e rejeitada na íntegra pelas assembleias gerais das associações de docentes que compõem o Andes-SN.

Conforme a diretora do Departamento de Relações de Trabalho do MPOG, Marcela Tapajós, a elaboração da nova minuta teve como objetivo corrigir e melhorar a precisão na redação de alguns artigos.

Segundo avaliação preliminar feita pelo Sindicato Nacional, o

novo documento não propõe nenhuma alteração substancial em relação à definição do plano de carreira, repetindo os mesmos ataques aos princípios defendidos historicamente pelo movimento docente.

Mantém-se a política de exclusão e diferenciação entre a categoria. Pelo conteúdo da minuta, os aposentados serão excluídos de novos reajustes a partir da criação de classes no final da carreira com acesso exclusivo para os ativos. A divisão entre os docentes do Ensino Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico se aprofunda com a definição de carreiras distintas.

Quanto aos salários, manteve-se a diretriz de subdividir a remuneração em gratificações, a distinção salarial entre os ní-

veis se dá independentemente de existir diferenças de atribuição entre os docentes e a evolução na carreira continua condicionada ao paradigma de avaliação produtivista.

“O Sindicato Nacional se reuniu com o Ministério pelo menos cinco vezes ao longo do semestre para discutir o projeto de carreira, mas a elaboração da nova versão da minuta não levou em consideração os pontos apresentados pelo movimento docente nesses encontros”, critica a presidente da APUFPR-SSind, Astrid Avila.

Para a Avila, o principal desafio do movimento docente em 2011 será o de se contrapor ao projeto do governo. No último congresso do Andes-SN, realizado entre os dias 14 e 20 de fevereiro, os presentes aprovaram uma nova pro-

posta de carreira construída pelo conjunto da categoria tendo como referencia as pautas e princípios do movimento.

“Está claro que a perspectiva do governo, mesmo com a posse da nova presidente, é a de reformar a carreira impondo o achatamento salarial, a retirada de direitos e a quebra da isonomia como foi feito com as demais carreiras do funcionalismo público, aponta.

Segundo a docente, a categoria deve se mobilizar para que o seu projeto seja encaminhado ao Congresso Nacional em substituição à proposta do governo. “Defendemos uma carreira que valorize o trabalho do professor e que contribua para o nosso projeto de universidade pública, gratuita e de qualidade”.

Nova reunião

Uma nova reunião foi realizada no dia 16 de dezembro, na qual os representantes do Andes-SN reafirmaram a necessidade de continuar o diálogo por mais tempo para que seja aprofundado o debate. Na ocasião, o Sindicato Nacional entregou um documento ao MPOG, contendo as diretrizes estabelecidas pelo movimento docente para a construção de uma nova carreira.

Segundo a diretora Marcela Tapajós, a segunda versão da minuta seria encaminhada a equipe do novo governo para que o tema componha a agenda de prioridades

e volte a tramitar já nos primeiros quatro meses de mandato da presidente Dilma Rousseff.

Quanto ao conteúdo da proposta, Tapajós reafirmou que a posição do governo era manter as carreiras do magistério superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico separadas, sem possibilidade de transformar em carreira única. Também ressaltou que o governo optou por criar uma nova classe no final da carreira e que não prevê o enquadramento dos aposentados, pois tal ação provocaria um aumento considerável no impacto financeiro.



Principais alterações na minuta

No novo documento, as classes iniciais da carreira voltam a ser denominadas de Auxiliar, Assistente e Adjunto, descartando a nomenclatura D1, D2 e D3 prevista na primeira versão.

O acesso a nova classe Sênior foi modificado e agora os professores seriam enquadrados nos dois primeiros níveis da classe, mantendo os dois níveis acima vazios. O critério anterior de tempo efetivo no cargo de professor é substituído por tempo de titulação como doutor.

Foram alteradas as regras para progressão entre as classes. A nova versão utiliza o artigo 57 da

Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que define que os docentes devem dedicar no mínimo oito horas/aula por semana à sala de aula, independentemente se na graduação ou na pós. No documento anterior, o governo estabelecia um aumento da carga horária didática mínima a ser ministrada especificamente na graduação: doze horas/aula semanais para professores 40h e oito horas/aula para professores 20h.

A nova versão mantém, entretanto, a quebra da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ao exigir que, para acelerar a progressão, os docentes devem cumprir no mínimo doze horas/

aula no ensino de graduação.

Cria a Gratificação por Encargo de Curso ou Concursos para os professores em regime de Dedicção Exclusiva. As outras duas gratificações criadas na versão anterior – Gratificação de Encargo de Atividade de Preceptor e Gratificação de Atividade de Coordenação de Cursos – são mantidas, mas desaparece no novo documento a definição dos seus valores.

Aumenta a Retribuição por Titulação (RT) para o cargo de Titular com Dedicção Exclusiva, aproximando o teto da nova tabela do teto da carreira de Ciência e Tecnologia. Na análise do

Andes-SN entretanto a proposta não representa um avanço. Com a alteração, o vencimento básico representaria apenas 25% da remuneração do professor, sendo o restante majoritariamente composto pela RT e pela gratificação específica do magistério superior federal (GMS).

Para o Sindicato Nacional, o aumento do teto da categoria aparece com um discurso de melhoria salarial, mas significa na prática o rebaixamento dos níveis iniciais da carreira, que tiveram os menores índices de correção salarial no último período nos quais se encontram a maior parte da categoria.

MP cria Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e aprofunda tercerização nos HUs

Em seu último dia à frente do Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou a medida provisória nº 520, que cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S. A.

Segundo o governo, a nova empresa foi criada para apoiar a prestação de serviços médico-hospitalares e de ensino e pesquisa nos hospitais universitários federais. O objetivo seria resolver problemas nas contratações de trabalhadores para esses hospitais, que em grande parte foram realizadas por intermédio das fundações privadas ditas de apoio.

Para a diretoria da APUFPR-

SSind, entretanto, a publicação da medida representa mais uma forma de aprofundar a tercerização e a flexibilização dos direitos trabalhistas no âmbito das universidades federais. Como forma de regularizar as contratações feitas pelas fundações consideradas irregulares pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 2006 –, o governo propõe a substituição das fundações pela nova empresa, mantendo a contratação sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

“Defendemos que todas as contratações das IFES sejam feitas mediante concurso público e efe-

tivadas pelo Regime Jurídico Único. A educação e a saúde são áreas estratégicas para o país e devem ser geridas por trabalhadores que tenham estabilidade e autonomia para a realização de suas atividades”, explica o tesoureiro geral da entidade, João Negrão.

Além de contratar os funcionários, a nova empresa também tem a competência para administrar as unidades hospitalares e autonomia para captar recursos mediante prestação de serviços. Na avaliação da APUFPR-SSind, essa brecha jurídica pode acarretar a cobrança de procedimentos e taxas nos hospitais universitá-

rios, que hoje operam de forma gratuita e vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

A MP, que entrou em vigor já no dia 31 de dezembro e que agora tramita na Câmara dos Deputados, foi rejeitada pelo Conselho Nacional de Saúde e pelos principais sindicatos da área de educação e saúde. Na UFPR, o repúdio à medida motivou a realização de uma paralisação dos servidores técnico-administrativos no dia 3 de fevereiro. A categoria aprovou também um indicativo de greve como forma de pressionar o governo a retirar a medida provisória.

Chácara da APUFPR está em processo de reformas

A reforma da chácara da APUFPR-SSind, aprovada na reunião do Conselho de Representantes do dia 16 de novembro, teve início já no mês de dezembro e segue em andamento. As fortes chuvas dos meses de janeiro e fevereiro dificultaram a realização das melhorias na infraestrutura da propriedade, localizada no Município de Tijuca do Sul, mas ainda não há perspectiva de que a entrega da obra seja atrasada por causa das chuvas.

O projeto em execução inclui o nivelamento da estrada que dá acesso à chácara, restauração da piscina e melhorias no salão de festas.

A piscina estava interdita desde o verão passado, quando as fortes chuvas do período ocasionaram um processo de erosão no terreno. Além de recuperar a estrutura da piscina, o projeto prevê também que o seu interior será pastilhado.

O Conselho optou pela piscina pastilhada, referendando a posição da maior parte dos docentes que responderam a consulta realizada na comemoração do Dia do Professor e por meio da enquete mantida na página virtual do sindicato nos meses de outubro e novembro. Ao todo, a obra custará cerca de 450 mil reais.



ANDES-SN isenta docentes de imposto sindical obrigatório

No dia 25 de janeiro, a diretoria do Andes-SN publicou um comunicado no Diário Oficial, tornando público que não efetuará o desconto da contribuição sindical na folha de pagamento de seus filiados.

O imposto, criado em 1943, corresponde ao valor de um dia de trabalho e é descontado compulsoriamente na folha salarial de fevereiro. O objetivo da cobrança é custear as atividades sindicais, sendo devido entre sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais. Entretanto, na

análise do movimento docente, o imposto é um dos pilares do modelo varguista e foi criado como forma de manter os sindicatos dependentes e atrelados à institucionalidade do estado.

A posição do Andes-SN, aprovada em seus congressos deliberativos, é não efetuar a cobrança do imposto e, quando o desconto é realizado de forma automática pelo governo, devolver o valor retido aos docentes. O Andes-SN não aceita o imposto sindical e financia suas atividades por meio da contribuição voluntária dos

seus filiados. O aviso publicado no Diário Oficial também notifica as Instituições de Ensino Superior de que a contribuição sindi-

cal da categoria docente não pode ser recolhida para outro sindicato, sob pena do Andes-SN tomar as medidas judiciais cabíveis.

Atendimento do Jurídico

O atendimento do departamento jurídico da APUFPR já foi regularizado. Os estagiários estão de plantão todos os dias da semana, no período da manhã e da tarde. Já os advogados atendem os docentes individualmente nas terças-feiras, das 10h30 às 11h30, e quintas-feiras, das 16h45 às 17h45, com agendamento prévio.